

DIÁLOGOS SOBRE A PERMANÊNCIA QUALIFICADA NA UFRGS

Coordenador: NAIR IRACEMA SILVEIRA DOS SANTOS

Autor: LETICIA GOMES FARIAS

A conquista de uma vaga na UFRGS, significa para o estudante de origem popular o início de uma nova batalha: o desafio para permanecer na Universidade e concluir o curso de sua escolha com qualidade. A suposta gratuidade do serviço conquistado via concurso público federal, colabora em muito para desenvolver um grande engano: não se gasta nada para estudar na UFRGS. Além disso, uma aura de status que envolve a aprovação no vestibular da UFRGS, o mais concorrido do Estado, costuma mascarar a questão financeira, fazendo com que só depois do ingresso se perceba que o fato do ensino ser gratuito não o exime de uma série de outras despesas. Essas despesas, vitais para manutenção da vida acadêmica, são expressivas e constantes. São gastos com material escolar, deslocamento, alimentação, livros, polígrafos e principalmente o tempo dispensado não só as aulas, mas também aos estudos e trabalhos. Estes são investimentos que, pensados em longo prazo, podem tornar-se pesados no orçamento familiar e não raras vezes chegam a inviabilizar a permanência de estudantes de baixa renda. Infelizmente, esta situação é intensificada pela organização estrutural da UFRGS que tem muitos cursos sem horários noturnos ou com horários distribuídos ao longo do dia. Além disso, não é raro que as aulas abranjam vários campi, o que significa tempo e dinheiro gasto com locomoção. Outra problemática remete ao critério meritocrático utilizado pela universidade na matrícula para ordenar o acesso a horários de aula, determinadas cadeiras e professores. Esse critério estimula a competição entre os alunos, sem levar em conta as condições de cada um, as desigualdades de oportunidades que estes enfrentem, ou tenham enfrentado em suas vidas. Além disso, a dificuldade de inserção em um ambiente tão diferenciado e muitas vezes hostil, também faz grupos oriundos de comunidades populares apresentarem um grande risco de evasão. Nas palavras de Écio Portes: para o filho do pobre a passagem do mundo escolar de nível médio para o mundo universitário é complexa e afeta sobremaneira a subjetividade desses sujeitos. (PORTES, 2006). Muitos dos estudantes que passam por estas situações estão invisibilizados no grande contingente de alunos da UFRGS, se deixando levar por processos que não o incluem, não o aceitam, nem fazem questão de sua participação. Começa aí a grande maratona de um estudante de baixa renda para se manter na Universidade. Essa maratona na grande maioria das vezes é um

processo de sofrimento solitário como referiu Zago (2006): Não raro, às dificuldades econômicas associam-se outras, relacionadas ao quadro complexo da condição estudante, como por exemplo, a carga horária de trabalho, impossibilidades de acesso a bens culturais e materiais acadêmicos. Nessas condições, torna-se incomum um recém chegado ter presença de espírito para se reconhecer e pleitear para si os benefícios dos programas de assistência estudantil. Esse reconhecimento muitas vezes só surge a partir da compreensão dos mecanismos sociais e institucionais que o cercam e das relações que justificam ações afirmativas no ensino superior. A ação de extensão Diálogos sobre a Permanência Qualificada na UFRGS foi criada pelo território Ações Afirmativas e Políticas de Juventude, um desmembramento do Programa Conexões dos Saberes, que enfoca a inclusão de estudantes de origem popular na Universidade. A ação foi idealizada como resposta a perceptível lacuna existente nas discussões sobre ações afirmativas no ensino superior dentro da Universidade. A discussão que é feita no âmbito institucional, como forma de instrumentalizar e dar continuidade às políticas afirmativas iniciadas com a implantação do Programa de Reserva de Vagas (Resolução nº134/2007-UFRGS/CONSUN), é ainda incipiente, quase não atingindo os recintos estudantis, onde poderia se agregar valiosas participações dos estudantes. A participação da população discente nessas discussões traz contribuições importantes que podem se reverter na criação de novas políticas de permanência, manutenção ou adaptação das já implantadas, por exemplo, no que se refere às estratégias pedagógicas para inclusão de alunos e/ou inclusão de conteúdos. A Lei 10.639/2007 (que torna obrigatório o ensino de História e Cultura afro brasileira em estabelecimentos de ensino fundamental e médio) é um bom exemplo de inclusão de conteúdos, pois sua implantação depende da qualificação dos professores para trabalhar com ela, ainda assim é discutida em pouquíssimas cadeiras das Licenciaturas. Nesse sentido, dá-se a relevância da ação de extensão Diálogos sobre a Permanência Qualificada na UFRGS que serve de potencializadora das discussões sobre ações afirmativas entre os estudantes universitários. As conversas ampliam os canais de acesso a esta temática, pois falam diretamente ao estudante que tem dificuldades de manutenção da vida acadêmica esperando que este venha a tornar-se um multiplicador dessas informações e reflexões. O diálogo com estudantes parte de uma breve exposição sobre a importância de medidas compensatórias a populações vítimas de longos processos de exclusão, como por exemplo, cotas sociais e raciais. A partir de um breve histórico da luta pela implantação do Programa de Reserva de Vagas da UFRGS, são passadas as informações técnicas sobre a maneira como este programa se estrutura em nossa Universidade. Após isso o debate é estimulado por um jogo de perguntas e respostas que englobam a

temática e suas justificativas. O trabalho é conduzido por graduandos de origem popular, bolsistas integrantes do Programa Conexões de Saberes/UFRGS. Este fato gera uma identificação com a turma, que se sente à vontade para aceitar o convite e participar do debate proposto, muitas vezes a partir de questões trazidas pelas vivências dos próprios estudantes. Percebe-se nos participantes um interesse crescente pela temática, visto que alguns só começam a compreender o quanto são afetados por estas questões após a exposição. As discussões surgidas normalmente são acirradas, raros grupos ficam indiferentes, o que nos deixa a certeza de estar contribuindo na construção de uma Universidade que reconheça as diferenças e se esforce para tornar seus processos inclusivos não só para a maioria dos estudantes, mas para qualquer um representante de nossa sociedade. O contexto de ações afirmativas no país convoca as universidades para reflexão e abertura de seus muros para a diversidade social e étnico racial que constitui a população brasileira, compondo suas subjetividades. Referências Bibliográficas: 1. PORTES, Écio Antônio. Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG - um estudo a partir de cinco casos. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001. 2. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Universitário. Resolução N°134/2007. Porto Alegre: UFRGS/Consun, 2007. 3. ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. Revista Brasileira de Educação. - Rio de Janeiro : Autores Associados, v. 11 n. 32 maio/ago. 2006, pp.226-237.